

Nos interstícios das sociedades plurais e desigualitárias: a situação social dos ciganos

Maria Manuela Mendes¹

Resumo: A coexistência de pessoas e grupos marcados pela diversidade étnica, social, cultural, geográfica, religiosa e linguística é um tema que continua a gerar controvérsias acrescidas nas sociedades hodiernas. Se pensarmos na coexistência dos ciganos nas sociedades europeias não deixa de ser interessante verificar que a “questão cigana” é um facto iniludível que trespassa as fronteiras dos diferentes países europeus, suscitando controvérsias e ambivalências nas sociedades ditas multiculturais e/ou interculturais e pautadas pelo princípio do universalismo. Apesar da feição intercultural e universalista imprimida às políticas públicas, o não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto do que é ser cigano, por parte das instituições, bem como a sua invisibilidade social no espaço público têm afetado negativamente várias dimensões da vida das pessoas ciganas. Acresce que o universalismo das políticas sociais (dignidade igual a todos os cidadãos) não tem surtido os efeitos desejados na redução dos níveis de pobreza, exclusão, discriminação e racismo face aos portugueses ciganos.

Palavras-chave: ciganos portugueses, desigualdades, racismo, sociedades plurais, “questão cigana”.

Abstract: The coexistence of people and groups marked by ethnic, social, cultural, geographic, religious and linguistic diversity is a topic that continues to generate controversy in today's societies. If we think of coexistence of Roma/Gypsies in European societies it is nonetheless interesting to note that the "Roma/Gypsy issue" is an inescapable fact that pierces the borders of different European countries, raising controversies and ambivalences in multicultural and/or intercultural societies guided by the principle of universalism. Despite the intercultural and universal feature that characterizes public policies, the non-recognition or the incorrect recognition of being a Roma/Gypsy, particularly by institutions, as well as, their social invisibility in public space have negatively affected in various

¹ Professora Auxiliar na FAUL e investigadora no CIES-IUL – mamendesster@gmail.com

dimensions of life Roma/Gypsy people. Furthermore, the universality of social policies (equal dignity to all citizens) have not had the desired effect in reducing levels of poverty, exclusion, discrimination and racism against the Portuguese Roma/Gypsies.

Keywords: Portuguese Roma/Gypsies, inequalities, racismo, plural societies, “Roma/Gypsy issue”.

Introdução

Embora estejam fixados em Portugal há mais de cinco séculos, os ciganos continuam a ser os eternos desconhecidos, não sendo reconhecidos, nem como minoria nacional, nem tão pouco como minoria étnica, assumindo-se então como cidadãos, sem direitos, garantias ou proteção de caráter especial. Ora, a inexistência de reconhecimento dos ciganos ou até o seu incorreto conhecimento refletem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferioridade e de desprezo, afetam e restringem negativamente a vida das pessoas ciganas, configurando-se como mais uma forma de opressão (Taylor, 1998). Sobre os ciganos persistem imagens marcadas pela diferença e estranheza (Bochaca, 2003), constituindo-se em estranhos internos ou “estrangeiros internos” no seu próprio país. Esta figura aproxima-se claramente do estrangeiro simmeliano (Simmel, 1908/2004), na medida em que face ao estrangeiro apenas temos algumas características em comum, mais gerais, produzindo-se relações de distanciamento e de tensão, assim como, descontinuidades bem marcantes.

Contudo, em contexto nacional, nos últimos anos tem-se verificado um crescente interesse por parte da comunidade científica nacional, principalmente desde a década de 90, registando-se um incremento em termos qualitativos e quantitativos de estudos neste domínio, o que tem contribuído para a crescente visibilidade e reconhecimento desta área de estudo entre ciências sociais, nomeadamente da parte da sociologia portuguesa. Os estudos mais recentes demonstram que não há uma homogeneidade social e cultural entre os ciganos portugueses, denotando-se diferentes padrões de inscrição social, económica e espacial. A título ilustrativo, alguns autores evidenciam diferenciações importantes entre aqueles que vivem a “vida de cigano” e outros que vivem como os ‘senhores’ (*apayamiento*) com várias *núances* em termos de estilos de vida (Magano 2010, 2014; Montenegro, 2012), pluralidade de trajetórias e experiências de vida plurais. Em particular, Magano (2014) desvenda domínios menos conhecidos sobre os percursos de vida em contra tendência, aflorando configurações singulares e tensões entre indivíduo e sociedade, não deixando de evidenciar

a importância da ação do sujeito na superação de constrangimentos e condicionantes pesadas, ao abordar trajetórias de vida de pessoas ciganas marcadas pela integração social.

Todavia, não existe informação estatística sobre os cidadãos ciganos, uma vez que a Constituição Portuguesa coloca severas restrições às estatísticas étnicas e a qualquer elemento que permita a identificação étnica do cidadão, nem estudos transversais sobre a dimensão, inserção sócio espacial e condições de vida das pessoas ciganas. O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (ENNC), recentemente publicado (Mendes, Magano, & Candeias, 2014), procura de certo modo colmatar esta lacuna no panorama científico nacional.

Continuidades, mudanças e desigualdades

Não obstante as transformações sociais e económicas ocorridas na população portuguesa em geral e na cigana em particular, persistem problemas de exclusão e de pobreza entre as pessoas ciganas, sendo este o grupo étnico mais pobre, com piores condições habitacionais, menos escolarizado e o principal alvo de racismo e discriminação nas sociedades europeias. De acordo com a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais (FRA, 2012), Banco Mundial (2014) e outras agências internacionais, as pessoas e famílias ciganas são severamente afetadas pela vulnerabilidade social e económica, o que decorre de um complexo jogo de fatores que estão inter-relacionados entre si. As evidências empíricas derivadas de uma pesquisa que a Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais realizou em 2011, em 11 Estados-Membros, mostram que 80% dos entrevistados de origem cigana estavam em risco de pobreza, registando-se os níveis mais elevados em Portugal (quase 100%), Itália e França. Os resultados evidenciam a persistência de fortes disparidades entre ciganos e não ciganos: em média, menos de um em cada três ciganos têm um emprego remunerado e um em cada três respondentes de origem cigana está desempregado (FRA, 2012). Especificamente em França, Itália e Portugal, apenas cerca de uma em cada 10 pessoas ciganas, com idades entre os 20 e os 64 anos, declara que exerce um emprego remunerado. Na verdade, os ciganos estão numa posição de desvantagem quando competem por um emprego, não só devido à falta de credenciais escolares e profissionais, mas também porque por vezes são discriminados (FRA, 2012). Estamos perante pessoas e famílias marcadas por um ciclo incontornável em que há uma espécie de auto perpetuação de desigualdades de oportunidades, práticas discriminatórias e aspirações inconcretizadas.

A literatura científica nacional não deixa de aclarar as mudanças e as transformações que marcaram a vida dos ciganos portugueses, especialmente desde abril de 1974, com a implementação de medidas que permitiram uma maior consolidação do Estado Providência, assente no universalismo das políticas públicas. Este princípio orientador reforçou a responsabilidade do Estado e da sociedade em geral, no sentido de promover a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos. No entanto, dados recentes indicam disparidades entre ciganos e não-ciganos em áreas tão fundamentais como a educação, emprego, saúde e habitação. Com o objetivo de assegurar a existência de políticas eficazes em matéria de integração das pessoas ciganas no espaço da UE, em 2011, a Comissão propôs a definição de estratégias nacionais de integração ou, se tais políticas já existissem, a sua adaptação de forma a atingir os objetivos da União Europeia (EU) no que diz respeito à integração deste grupo étnico (Parlamento Europeu, 2011). Esses objetivos focalizam-se em quatro domínios fundamentais, que são também os principais eixos da Estratégia Nacional (ENIC): acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação (ACIDI, 2013). Portugal está agora na fase de implementação da sua estratégia nacional.

O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (ENIC) constitui uma das componentes fundamentais da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ACIDI, 2013), tendo-se produzido um retrato social, cultural e económico sobre as “comunidades ciganas”. Para tal foi necessário cruzar metodologias mais de carácter extensivo com recurso ao inquérito por questionário, com metodologias intensivas (entrevistas, análise documental, método de Delphi). Em território continental foram cobertos todos os distritos, tendo-se inquirido diretamente 1599 indivíduos e recolhido informação relativa a 6809 pessoas (membros do agregado familiar do respondente). Importa aqui evidenciar apenas alguns dos resultados mais reveladores sobre a situação sócio económica dos ciganos portugueses e que apontam claramente para o facto das desigualdades face à sociedade envolvente continuarem a ser bem salientes e persistentes. Os dados recolhidos mostram firmemente a existência de fortes contrastes ao nível da educação escolar entre ciganos e não ciganos e entre homens e mulheres ciganas. Assim, cerca de 1/3 dos inquiridos não ultrapassou o 1º Ciclo do Ensino Básico ou nunca frequentou a escola e apenas 2,8% possuem diploma do ensino secundário e superior (Mendes et al., 2014).² Em contexto europeu também são comuns fenómenos como a segregação escolar e

² Os dados gerais sobre a sociedade portuguesa mostram que em 2014, 8,9% não sabiam ler nem escrever, 19,2% possuíam o ensino secundário e 16,5% o superior (PORDATA, 2015).

outras formas de discriminação, constando-se dinâmicas de exclusão a partir do momento em que os ciganos se inscrevem na escola, engendrando-se processos de classificação e de relegação dos ciganos para a educação especial e registando-se uma reduzida presença no ensino superior (Istituto per la Ricerca Sociale [IRS], 2008).

Os níveis de escolaridade acima aventados não se distribuem de forma uniforme pelo país, sendo possível evidenciar padrões de carácter regional. Com efeito, mais de metade (54%) dos ciganos residentes na região Norte possui escolaridade ao nível do 1º ciclo (completo ou incompleto); no Centro denota-se uma maior expressão daqueles que não sabem ler nem escrever (28%); situação que se agrava no Alentejo e no Algarve, onde tal valor atinge os 38% e 39%, respetivamente. Em comparação com as gerações anteriores, pode-se afirmar que nos dias de hoje há mais ciganos incluídos no sistema de ensino, em especial nos anos iniciais, mas a maioria deles ainda não consegue concluir 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (Cortesão, 1995; Mendes, 2012; Nicolau, 2010). Desde os anos 90, têm-se implementado em Portugal várias medidas que surtiram efeito na elevação dos níveis de escolaridade da população (por exemplo, Projetos de Educação Intercultural - PEI, o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária - TEIP, o Programa Novas Oportunidades - PNO, o Programa Escolhas, o Programa de Apoio à Educação e Formação - PIEF, recentemente alterado para Programa Integrado de Educação e Formação - PAQUIEF), sendo também consensual que o Rendimento Social de Inserção (RSI), implementado pela primeira vez em 1997 com a designação de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), foi a medida que teve mais impacto no aumento dos níveis de escolaridade e na redução das altas taxas de abandono escolar e de insucesso escolar. Desde essa década, muitos cidadãos ciganos foram abrangidos por medidas, tais como a educação de adultos (ensino recorrente e cursos de alfabetização), formação profissional e outras atividades de formação e frequência da escolaridade obrigatória, que tiveram um impacto não despidendo na promoção dos níveis de escolaridade entre os ciganos portugueses (Gomes, 2013). Apesar do incremento dos níveis de habilitações académicas dos cidadãos portugueses, continuam a registar-se desigualdades persistentes entre ciganos e não ciganos e desigualdades de género, que afetam sobremaneira as mulheres ciganas (Magano, 2010; Mendes 2007).

No referente à condição perante a atividade económica, 18% revelam claramente que exercem uma profissão, enquanto 57% estão desempregados ou à procura do 1º emprego, ou até nunca trabalharam (Mendes et al., 2014), sendo claro que face a esta questão se registou uma subdeclaração do exercício de atividades laborais (subentendendo os respondentes que

trabalho é uma atividade por conta de outrem, na economia formal, com uma remuneração regular e conferindo alguns direitos sociais aos trabalhadores). Esta situação contrasta com o que foi observado em outros estudos qualitativos realizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em que metade ou mais das unidades de observação eram ativos (Mendes, 1997, 2007). Estas evidências empíricas podem revelar por um lado, uma tendência para o reforço da precarização das condições sócio económicas deste segmento da população e, por outro, uma menor autonomia no referente aos seus modos de subsistência. A assunção de atividades profissionais tradicionais, pouco qualificadas e diversificadas, continua a ser uma regularidade (vendedores ambulantes, trabalhadores agrícolas, trabalhadores das limpezas e operários da construção civil). Tal está em linha com os vários estudos realizados, que têm revelado que a principal profissão/ocupação dos ciganos em Portugal ainda está relacionada com a atividade comercial, aliás, muitos continuam a exercer essa atividade em feiras, mercados ou na rua e de porta em porta (Lopes, 2006; Magano, 2010; Mendes, 1997, 2007). Nota-se ainda a sua forte presença em segmentos informais (recolha e venda de sucata, atividades de limpeza, vendas pela internet, a apanha de bivalves, atividades agrícolas, atividades ligadas à construção civil), mas também uma progressiva inserção no setor formal (por vezes têm que ocultar a sua identidade étnica). Os ciganos continuam a exercer a sua atividade económica de forma independente (empregadores ou trabalhadores por conta própria) e a possuir baixos níveis de qualificação escolar e profissional. Aparentemente os impactos estruturais das políticas sociais, como por exemplo o RSI, são ainda pouco visíveis e incipientes (Branco, 2003). As pessoas ciganas continuam a valorizar as atividades económicas independentes, o que lhes permite gerir de forma mais flexível a vida familiar e a vida profissional (Lopes, 2006). No entanto, internamente é perceptível a assunção de empregos mais qualificados por parte dos homens e os menos qualificados por parte das mulheres, uma distinção que está diretamente ligada aos níveis de escolaridade e de formação dos dois sexos (Magano, 2010; Mendes et al., 2014). Contudo, a persistência de desigualdades no acesso ao mercado de trabalho não decorre apenas da existência de baixos níveis de escolaridade entre os ciganos, mas tal situação é antes o resultado de um complexo e cumulativo processo de discriminação (Higgins & Brüggemann, 2014) que recai sobre as pessoas ciganas.

O rácio de pessoas que tem como principal fonte de rendimento o RSI é maior do que o daqueles que dependem sobretudo do trabalho, sendo pouco expressiva a percentagem dos que dependem de pensões ou reformas (3,9%), de subsídios temporários (de doença, desemprego e outros), de apoios sociais (3,0%), ou de biscates (1,8%). Por outro lado, é de

ressalvar que se está perante uma população muito jovem, cerca de 34% ainda estão a cargo da família (Mendes et al., 2014).

Em termos de condições de habitabilidade, embora a maior parte (67%) viva em alojamentos clássicos (apartamentos e moradias), cerca de 28% ainda residem em barracas, casas rudimentares ou de madeira, sendo de destacar algumas diferenciações regionais (Mendes et al., 2014). Assim na região de Lisboa e Vale do Tejo, 94% das pessoas inquiridas vivem em habitações clássicas, esse valor desce para 71% na região Norte enquanto 68% dos ciganos algarvios vivem em barracas ou casas rudimentares. Quando questionados sobre a existência de momentos em que o agregado familiar possa ter passado por situações de privação alimentar, no último ano, 48% declararam ter passado fome, destes, 16% indicaram que tal aconteceu muitas vezes. A privação alimentar é mais frequente entre os menos escolarizados, pessoas com 65 ou mais anos e sobretudo entre os residentes no Algarve. A precarização sócio económica e a perda de estratégias tradicionais, que no passado garantiam a sua subsistência, parece ser uma regularidade com alguma saliência. De igual modo se confirma a existência de uma certa diversidade em termos de perfis sociais e de padrões territoriais que marcam a inscrição social e espacial dos ciganos portugueses, o que contraria as imagens essencialistas e reificadoras que ainda persistem em torno das pessoas e famílias ciganas, inclusive entre interventores sociais, académicos e responsáveis políticos.

O racismo quotidiano (Essed, 1991) está bem ancorado no dia-a-dia das suas vidas e nos contextos em que muitos se movem, enquanto complexo de práticas discriminatórias, alicerçadas na vida quotidiana, constituindo-se como banais, normais e legítimas. Apesar da sua heterogeneidade, há, contudo, uma repetibilidade que as unifica, nomeadamente no acesso à habitação e no direito à cidade, no acesso ao emprego, aos serviços públicos, estabelecimentos comerciais, etc. (Mendes, 2007, 2012). No contexto do ENCC procurou-se também compreender se os inquiridos alguma vez se sentiram discriminados e em que situações. De acordo com os resultados, é possível afirmar que cerca de 60% já se sentiram discriminados, o que corresponde a um total de 937 indivíduos (Mendes et al., 2014). Estes dados estão em linha com os resultados derivados de outros estudos produzidos em contexto nacional (Bastos, 2012; Marques, 2013; Mendes, 2007). A perceção encontra-se relacionada com a escolaridade dos sujeitos, pois enquanto no grupo dos indivíduos sem escolaridade e que não sabem ler nem escrever o rácio entre pessoas que já se sentiram discriminados e os que consideram que não experienciaram situações análogas é de quase 50/50, tal aumenta substancialmente nas pessoas com escolaridade até ao 1º ciclo para 65%, a confirmar experiências de discriminação étnico-racial, atingindo 72% entre os mais escolarizados.

Analisando a perceção de discriminação de acordo com a idade, é relevante destacar que é no escalão com idades mais avançadas que se observam menores níveis de perceção de discriminação, sendo este o único segmento em que a maioria refere não se ter sentido discriminado. De uma forma geral, as situações/contextos de discriminação mais comuns são as/os de interação pública, tais como nos supermercados ou lojas, serviços públicos (Segurança Social, organizações de apoio aos imigrantes, Finanças), em entrevistas de emprego, em cafés/restaurantes e nos centros de saúde/hospitais (acima dos 15%). Seguem-se outras situações e contextos, tais como na escola e em contextos de formação ou no arrendamento de uma casa/quarto (entre os 14% e os 17%), entre outros.

Conclusões

Na verdade os "coletivos" ciganos tendem a enfrentar em Portugal, mas também em outros países europeus, preconceitos exacerbados (Marques, 2013) e formas de racismo virulento e flagrante (Mendes, 2007). A “questão cigana” é "um problema social" que não pode ser dissociado da sua participação cidadã num "processo histórico de discriminação" no contexto da sociedade dominante. Bastos, Correia e Rodrigues (2007) referem-se à ciganofobia (ou Roma fobia) enquanto práticas perpetradas tanto pelo Estado como pela sociedade civil e que se refletem na recusa em abordar a “questão cigana” como um problema histórico de discriminação. A discriminação histórica e socialmente consistente face aos ciganos gera nos próprios uma combinação de estratégias, de carácter defensivo (condutas marcadas por um certo fechamento e por uma maior separação entre identidade social real e virtual, que inclui alusões explícitas ao “segredo do grupo”) e ofensivo, por parte dos discriminados (expressão visível da revolta, que inclui o recurso a opções que podem suscitar receio por parte do Outro maioritário, manifestas no descontrolo emocional exteriorizado, na violência verbal e/ou física, etc.) (Mendes, 2007). Paralelamente, subsistem entre os ciganos reações de resistência social e cultural que, como bem refere Honneth (2010), se formam no contexto de experiências morais oriundas da ofensa de expectativas de reconhecimento profundamente ancoradas. O desenvolvimento destas formas de ação, num contexto marcado por uma discriminação historicamente sistemática por parte da maioria, é fundamental para perceber a sobrevivência dos ciganos enquanto coletivo social e cultural autónomo no contexto das sociedades europeias e plurais (Bochaca, 2003; Guy, 2001; Lucassen, Willems, & Cottaar, 2001; Stewart, 1997; Tong, 1998).

Bibliografia

- ACIDI. (2013). *Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas*. Lisboa: Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACIDI.
- Bastos, J., Correia, A., & Rodrigues, E. (2007). *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural – dinâmica*. Lisboa: Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.
- Bastos, J. P. (2012). *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bohaca, J. G. (2003). *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*. Barcelona: Anthropos.
- Branco, F. (2003). Os ciganos e o RMG: Direitos sociais e direito à diferença. *Intervenção Social*, 27, 119-139.
- Cortesão, L. (1995). *O Povo Cigano: Cidadão na sombra*. Porto: Edições Afrontamento.
- Essed, P. (1991). *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory*. Newbury Park, California: Sage Publications.
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2012). *The situation of Roma in 11 EU Member States Survey results at a glance*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Obtido de http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/2099-FRA-2012-Roma-at-a-glance_EN.pdf
- Gomes, M. C. (2013). Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos. In M. Mendes, & O. Magano (Eds.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição* (pp.81-91). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Guy, W. (2001). *Between past and future: The Roma of Central and Eastern Europe*. Hertfordshire: University of Hertfordshire Press.
- Higgins, N., & Brüggemann, C. (2014). The Consequences of Cumulative Discrimination: How Special Schooling Influences Employment and Wages of Roma in the Czech Republic. *European Educational Research Journal*, 13(3), 282-294.
- Honneth, A. (2010). *Luta pelo reconhecimento. Para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70.
- Instituto per la Ricerca Sociale. (2008). *The social situation of the Roma and their improved access to the labour market in the EU*. Obtido de <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201107/20110718ATT24290/20110718ATT24290EN.pdf>
- Lopes, D. S. (2006). Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. *Etnográfica: Revista Do Centro de Estudos de Antropologia Social*, 10(2), 319–335. Obtido de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000200007&nrm=iso
- Lucassen, L., Willems, W., & Cottaar, A. (2001). *Gypsies and Olther Itinerant Groups. A Socio-Historical Approach*. Great Britain: Palgrave.
- Magano, O. (2010). “Tracejar vidas normais”. *Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade Aberta/DCSG, Lisboa.
- Magano, O. (2014). *Tracejar vidas “normais”. Estudo qualitativo sobre a integração dos ciganos em Portugal*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Marques, J. F. (2013). O racismo contra as colectividades ciganas em Portugal. In M. Mendes, & O. Magano (Eds.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição* (pp. 111-121). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Mendes, M. (1997). *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- Mendes, M. (2007). *Representações face à Discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrrianos na Área Metropolitana de Lisboa* (Tese de doutoramento não publicada). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mendes, M. (2012). *Identidades, racismo e discriminação: Ciganos da AML*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Edição Alto-Comissariado para as Migrações. Obtido de http://www.acidi.gov.pt/_cfm/54be867b629d5/live/Estudo+Nacional+sobre+as+Comunidades+Ciganas
- Montenegro, M. (2012). *Aprendendo a ser cigano, hoje: Empurrando e puxando fronteiras* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Lisboa-Instituto de Educação, Lisboa.
- Nicolau, L. (2010). *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um impasse interétnico* (Tese de doutoramento não publicada). UTAD-Pólo de Chaves, Chaves.
- Parlamento Europeu (2011). *Estratégia da União Europeia para a Inclusão dos Ciganos. Resolução do Parlamento Europeu*, (2010/2276 (INI)). Strasbourg: Parlamento Europeu.
- PORDATA. (2015). *População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%) em Portugal*. Obtido de [http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-884](http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-884).
- Stewart, M. (1997). *The Time of the Gypsies*. USA: Westview Press.
- Simmel, G. (1908/2004). *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Taylor, C. (1998). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tong, D. (Ed.). (1998). *Gypsies: An Interdisciplinary Reading*. New York: Garland Publishing, Inc.
- World Bank (2014). *Roma*. Obtido de <http://www.worldbank.org/en/region/eca/brief/roma>».